

HISTÓRIA E CAOS

Reflexões sobre a complexidade da história a partir de Carlos Lacerda (1945-1965)

HISTORY AND CHAOS

Reflections on the complexity of history through Carlos Lacerda (1945-1965)

MARIANA DIAS ANTONIO¹

RENAN RAMOS CHAVES²

ANDRÉ LUÍS PRANDO LIVORATI³

RESUMO

O presente artigo discute e ilustra o trabalho historiográfico a partir do conceito de caos, considerando a diversidade de variáveis em coevolução, fontes, vieses e limitações técnicas e metodológicas enfrentadas pelo historiador; a sensibilidade dos agenciamentos históricos às condições iniciais; e o fato de que a própria publicação pode alterar as condutas dos agentes históricos e, portanto, o próprio fluxo da história. Pensando-se como a narrativa histórica pode ser alterada por determinadas unidades discretas de informação, novas fontes, novas perspectivas e interpretações, as discussões são exemplificadas e perspectivadas a partir de alguns episódios da trajetória política de Carlos Lacerda entre 1945 e 1965.

Palavras-chave: Caos. História. Política. Carlos Lacerda.

ABSTRACT

This article discusses and illustrates historiographical work through the concept of chaos, considering the diversity of co-evolving variables, sources, biases, and technical and methodological limitations faced by the historian; the

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora convidada no curso de especialização em História Contemporânea e Relações Internacionais, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail da autora: mariana.diasant@gmail.com.

² Tecnólogo em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia (FATEC) de Taquaritinga. Assistente Técnico Administrativo no Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Câmpus de Rio Claro. Email do autor: r.amoschaves@gmail.com.

³ Doutor em Física pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Assistente Doutor no Departamento de Física da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro. E-mail do autor: andre.livorati@unesp.br.

sensitivity of historical arrangements to initial conditions; and the fact that publication itself can alter the behavior of historical agents and, consequently, the very flow of history. Reflecting on how the historical narrative can be changed by certain discrete units of information, new sources, new perspectives, and interpretations, the discussions are exemplified and framed through some episodes of the political trajectory of Carlos Lacerda between 1945 and 1965.

Keywords: Chaos. History. Politics. Carlos Lacerda.

INTRODUÇÃO

Barros (2020) propõe seis desafios para a historiografia do novo milênio: responsabilidade social, criatividade na escrita, novas interdisciplinaridades, variedade de suportes, abrangência de públicos e transferência de criticidade ao público. A responsabilidade social trata da necessidade de ver a História por todos os lados, considerando a multiplicidade de pontos de vista e atores sociais em posições distintas de agenciamento histórico. Isso amplia as variáveis históricas analisadas, irredutíveis às formas humanas de agenciamento. LeCain (2017), por exemplo, nos convida a pensar os agenciamentos de outros organismos e coisas e nosso engajamento com o mundo material. Em última instância, a mobilização e articulação de uma história vista por todos os lados demanda uma responsabilidade tacitamente pactuada entre historiador e leitor, para que este possa articular suas ações futuras de maneira mais ética e responsável. Parte-se da constatação de que os conteúdos publicados são capazes de alterar o curso da História, uma problemática que se apresenta em diversas áreas do conhecimento. Afinal, qualquer construção do conhecimento traz uma suposição de verdade ou realidade, podendo mobilizar agenciamentos e consequências reais.

Quanto aos outros desafios apontados por Barros (2020), os suportes e formas de articulação criativa da escrita condicionam *como* e *quais* públicos atingir. A interdisciplinaridade mobilizada pode ampliar ou reduzir o público, e essas questões são bem conhecidas pelos profissionais da Comunicação. Isso nos leva a reconhecer a escrita da História como uma dinâmica comunicacional, considerando emissor, receptor, canal, código, ruído,

conhecimento prévio da audiência, formas de enquadramento, entre outras variáveis. Diferentes ramos disciplinares tendem a se isolar, criando “baldes disciplinares” que são preenchidos e esvaziados conforme a expertise de *quem fala e para quem se fala* (SAPOLSKY, 2017; SHILLER, 2019), mas são insuficientes para a plena compreensão de fenômenos complexos. Salmon (1902) já segmentava a História em três elementos: [1] o objeto a ser narrado ou registrado; [2] o agente narrador ou registrador; e [3] o resultado da narrativa ou registro; e as narrativas e registros podem decorrer de ações pessoais ou impessoais, nos remetendo às considerações de LeCain (2017) sobre agenciamentos históricos não humanos.

Salmon (1902) expõe a polissemia do termo “História”, que compreende a cadeia de acontecimentos no tempo e o resultado da escrita do historiador (mas também todo um ramo disciplinar). Suas considerações evidenciam a arbitrariedade das fronteiras disciplinares ao explicitar questões históricas noutras áreas. A historiadora tratava essas fronteiras como uma divisão social do trabalho historiográfico, sendo necessária uma colaboração cruzada para a adequada compreensão dos acontecimentos ou fenômenos históricos. Afinal, não estariam linguistas, antropólogos, economistas, cientistas políticos, paleontólogos, geólogos, planetologistas e outros profissionais preocupados com a construção de narrativas históricas em diversas temporalidades? Não estariam notários, contadores, artistas, jornalistas, peritos criminais de diferentes áreas e outros profissionais preocupados com o registro de informações de relevância histórica?

Se problematizamos a construção narrativa e o registro e apresentação de informações de relevante interesse histórico, fica evidente que o impacto dos agentes no curso da História também não é algo exclusivo dos historiadores. É de conhecimento amplo entre economistas que a publicação das análises econômicas leva a mudanças nas expectativas dos agentes econômicos, alterando o próprio curso dos eventos e eventualmente frustrando as mesmas previsões. Segundo Shiller (2019), nem sempre os economistas querem prever, mas apenas alertar para que desastres não aconteçam. Sob essa perspectiva, uma espécie de compromisso ético se sobrepõe ao prestígio das previsões certas.

A partir desses apontamentos, propomos discutir e ilustrar a História como um sistema caótico, nos apropriando de um conceito bem delineado na Física e que se distancia da noção vulgar. Nossa ilustração considera eventos da História Política do Brasil republicano a partir de Carlos Lacerda, entre 1945 e 1965. Sua personalidade polêmica e seu autoritarismo instrumental podem ser enquadrados na noção vulgar de caos, como se verifica num subcapítulo de sua biografia política escrita por Mendonça (2002), intitulado “A aposta no caos”. A abordagem aqui proposta permite diferentes formas de lidar com os desafios propostos por Barros (2020) e a emergência de novas ponderações.

1. EXPLICITANDO A COMPLEXIDADE

O conceito vulgar de caos remete a desordem, confusão. Mas um breve histórico de sua descoberta facilita a compreensão do conceito científico. Conforme Sapolsky (2023, p. 129-130, tradução livre):

[Na década de 1960, o meteorologista Edward] Lorenz estava estudando um modelo em seu computador usando 12 variáveis. Hora do almoço. Pare o programa no meio de sua execução. Volte depois do almoço e, para economizar tempo, reinicie o programa em um ponto antes de você pará-lo, em vez de começar tudo de novo. Insira os valores dessas doze variáveis naquele ponto temporal e deixe o modelo retomar sua previsão. Foi o que Lorenz fez (...). Uma variável naquele ponto temporal tinha um valor de 0,506127. Exceto que na impressão, o computador o arredondou para 0,506 (...). Lorenz deixou o programa rodar, ainda dependendo de 0,506 em vez de 0,506127, e saiu um resultado que era ainda mais discrepante do que ele esperava da execução antes do almoço (...). E a cada ponto sucessivo, as coisas ficavam mais estranhas – às vezes, as coisas pareciam ter retornado ao padrão pré-almoço, mas então divergiam novamente, com as divergências cada vez mais diferentes, imprevisíveis, loucamente diferentes. E eventualmente, em vez de o programa gerar algo remotamente próximo do que ele viu da primeira vez, a discrepância nos dois traçados era tão diferente quanto possível (...). Lorenz finalmente percebeu aquele pequeno erro de arredondamento introduzido após o almoço e percebeu que isso tornava o sistema imprevisível, não linear e não aditivo.

“Caos é comportamento aperiódico de longo prazo num sistema determinístico que exhibe dependência sensível às condições iniciais”

(STROGATZ, 2024, p. 358, tradução livre). Ou seja, apesar de existir num sistema puramente determinístico (um conjunto de equações, parâmetros de controle e variáveis dinâmicas conhecidas), o resultado pode se mostrar gravemente comprometido ou perturbado ao longo do tempo, mesmo que por alterações irrisórias nos valores de suas condições iniciais.

Se vamos paralelizar o fluxo de acontecimentos históricos a um sistema caótico, algumas simplificações são necessárias e algumas críticas são óbvias. Precisamos insinuar que a história é um sistema determinístico? Sapolsky (2017; 2023) permite essa argumentação pela tese de que as ações humanas são mais bem explicadas por um determinismo complexo, sujeito a uma infinidade de variáveis bioquímicas, genéticas, epigenéticas, endocrinológicas, socioculturais, históricas e evolutivas. Contudo, tal via não é necessária para nossa exposição. Defender ou opor essa tese, simultaneamente improvável e irrefutável, seria perda de tempo. Mas simplificar a história *como se fosse* um sistema determinístico permite demonstrar que, *ainda assim*, ela permaneceria incrivelmente complexa e sujeita a uma infinidade de problemas.

A maioria dos historiadores sequer almeja chegar às eventuais equações regentes da história, apesar dos esforços e avanços empreendidos pela Cliodinâmica.⁴ Como exposto por Salmon (1912, p. 237, tradução livre), “Clio segura um pergaminho entreaberto, e nós nunca leremos sua parte fechada.” Todavia, algumas questões são inegáveis: [1] eventos históricos são regidos por uma infinidade de variáveis, as quais ninguém é capaz de dominar e conhecer em sua totalidade e plenitude; [2] a escrita da História se sujeita à disponibilidade diferencial de fontes e informações por diversos motivos, como questões de acesso, censura, destruição ou degradação material, mas também a vieses, opiniões e visões de mundo de quem produziu, selecionou e preservou tais ou quais fontes e informações; e [3] eventos históricos são extremamente sensíveis às condições iniciais, sobretudo se envolvem atores sociais em posições privilegiadas de agenciamento histórico, e a contemporaneidade nos atesta que mesmo uma pequena desinformação, se tomada como real por uma grande autoridade política, pode ter consequências

⁴ A Cliodinâmica é uma ciência analítica, transdisciplinar e potencialmente preditiva que alia macrossociologia, evolução cultural e outras áreas. Uma síntese sobre o empreendimento pode ser consultada em Turchin (2008).

desastrosas. As duas primeiras questões estão diretamente unidas, já que a disponibilidade de fontes pode resultar numa poda das variáveis analisadas e estratégias de análise e apresentação dos dados.

Entre os problemas mais evidentes ao estabelecer explicações causais em narrativas históricas, temos a dificuldade (ou mesmo impossibilidade) de promover experimentos controlados, restando apenas experimentos naturais (SHILLER, 2019). Nesses casos, não há como excluir certas variáveis dos fenômenos observados, mas apenas das nossas explicações sobre esses fenômenos (seja pela desvalorização relativa daquelas variáveis na cadeia de eventos, seja por nossa inaptidão em identificá-las, estimá-las e tratá-las adequadamente). A própria explicação causal na História é plural, podendo-se falar em causas profundas e superficiais, causas finais, materiais e acidentais. “A complexidade inesgotável é constitutiva dos objetos históricos” (PROST, 2008, p. 156).

Ademais, sempre se escreve para alguém. A compreensão das apropriações possíveis e adequadas pelo público deve ser objeto de atenção e interesse do historiador. Questões discursivas, narrativas e imaginativas jamais poderão ser extirpadas dos debates, e as discussões do giro linguístico ilustram esse turbilhão de ideias. A ênfase de White nas estratégias e técnicas mobilizadas na formalização textual pelo historiador não se reduzem a uma simples negação do trajeto de pesquisa para focar somente o produto literário final, como acusa Ginzburg (2002) acerca do que chamou de postura cética. White (1994, p. 28-29) alerta que:

(...) devemos distinguir a atividade da pesquisa histórica (o estudo pelo historiador de um arquivo contendo informações sobre o passado) da atividade da escrita histórica (a composição pelo historiador de um discurso e sua tradução numa forma escrita). Na fase de pesquisa do seu trabalho, os historiadores estão empenhados em descobrir a verdade sobre o passado e em recuperar informações esquecidas, ou suprimidas, ou obscurecidas, e, é claro, extrair delas todo o sentido que puderem. Mas entre essa fase de pesquisa, que na verdade não se pode distinguir da atividade de um jornalista ou um detetive, e a conclusão de uma história escrita, é preciso realizar várias operações transformadoras importantes, nas quais o aspecto figurativo do pensamento do historiador é mais intensificado do que diminuído.

O paralelo com o trabalho detetivesco também figura no trabalho de Ginzburg (1989) sobre a emergência de um “paradigma indiciário”, caracterizado pelo apreço aos detalhes reveladores encontrados nos objetos de análise, demonstrando uma concordância de método à parte das discordâncias de postura sobre o produto historiográfico. Ao criticar as posturas céticas derivadas do empreendimento whiteano, Gay (1990, p. 195) atenta que:

A relação entre o estilo e a verdade foi obscurecida pelo flagrantíssimo fato de que uma obra não é uma cópia do mundo real. A natureza linear da literatura escrita obriga o historiador a apresentar sequencialmente estruturas que existem simultaneamente.

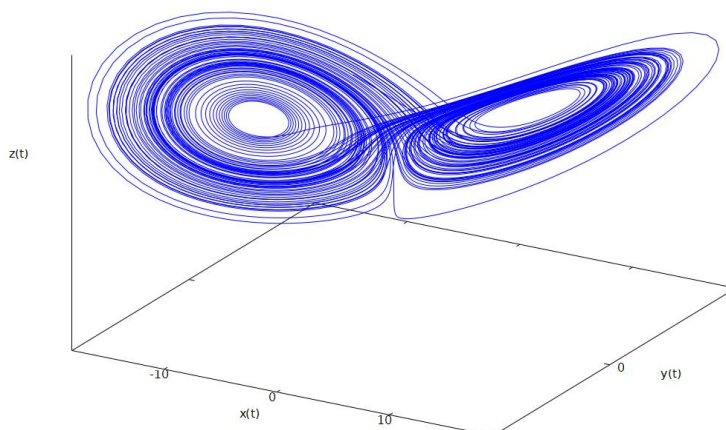
Bourdieu (2014) faz similar apontamento ao criticar a escrita biográfica como uma sucessão de eventos linear, cronológica e logicamente ordenada; a perspectiva teleológica implícita que orienta aquela trajetória individual a um objetivo; e o acordo tácito entre biógrafo e biografado sobre um suposto sentido de vida que define os eventos significativos de serem narrados. O sociólogo identifica uma constância diacrônica (mesmo indivíduo no tempo) e uma unidade sincrônica (mesmo indivíduo em diferentes contextos) na problemática biográfica que podem ser generalizadas para acontecimentos, instituições e outros objetos de interesse histórico. Conceitos mobilizados por Ricoeur (1991) permitem aliviar a crítica bourdieusiana: é possível e necessário pensar numa identidade narrativa que unifica a permanência e a mudança, a mesmidade e a ipseidade de um agente, acontecimento ou instituição de interesse histórico.

Diante da obviedade de que é difícil apresentar linearmente um fenômeno não-linear, vamos inverter a história de Lorenz: o meteorologista dispunha das equações e variáveis, posteriormente vindo a avaliar os resultados; o historiador se encontra na condição oposta, dispondo apenas dos resultados enquanto eventos consumados, sem acesso completo às variáveis envolvidas ou às eventuais equações da História. Resultados de funções, sistemas ou equações iteradas podem ser desenhados como gráficos de evolução temporal e, *grosso modo*, a matéria prima sobre a qual o historiador se debruça pode ser exemplificada como uma nuvem de apenas alguns pontos relevantes no espaço, restando a tarefa de decifrar o gráfico completo e, conseqüentemente, a equação e as variáveis. Essa questão pode ser ilustrada

através de representações gráficas distintas do famoso atrator de Lorenz, uma famosa referências de sistema caótico.

Os gráficos a seguir (Figuras 1 e 2) foram gerados pelos autores através do *software Maxima*, utilizando método de Runge-Kutta de quarta ordem (FRANCO, 2006), com valores iniciais para x_0 , y_0 e z_0 iguais a -7, 8 e 27, respectivamente. As três equações do sistema são: $dx/dt=\sigma(y-x)$, $dy/dt=rx-y-xz$, $dz/dt=xy-bz$ (LORENZ, 1963)⁵, e foram informadas no algoritmo como $10*y-10*x$, $28*x-y-x*z$, $x*y-8*z/3$, considerando-se os parâmetros de controle $\sigma=10$, $r=28$, $b=8/3$. Após a integração numérica, ilustramos os dados gerados no espaço de fases, que é definido basicamente como o conjunto de todas as órbitas de um sistema dinâmico (STROGATZ, 2024). No caso em questão, ilustramos uma única órbita, pois foi iterada apenas uma trinca de condições iniciais. Ainda, os pontos obtidos foram unidos por linha para facilitar a visualização.

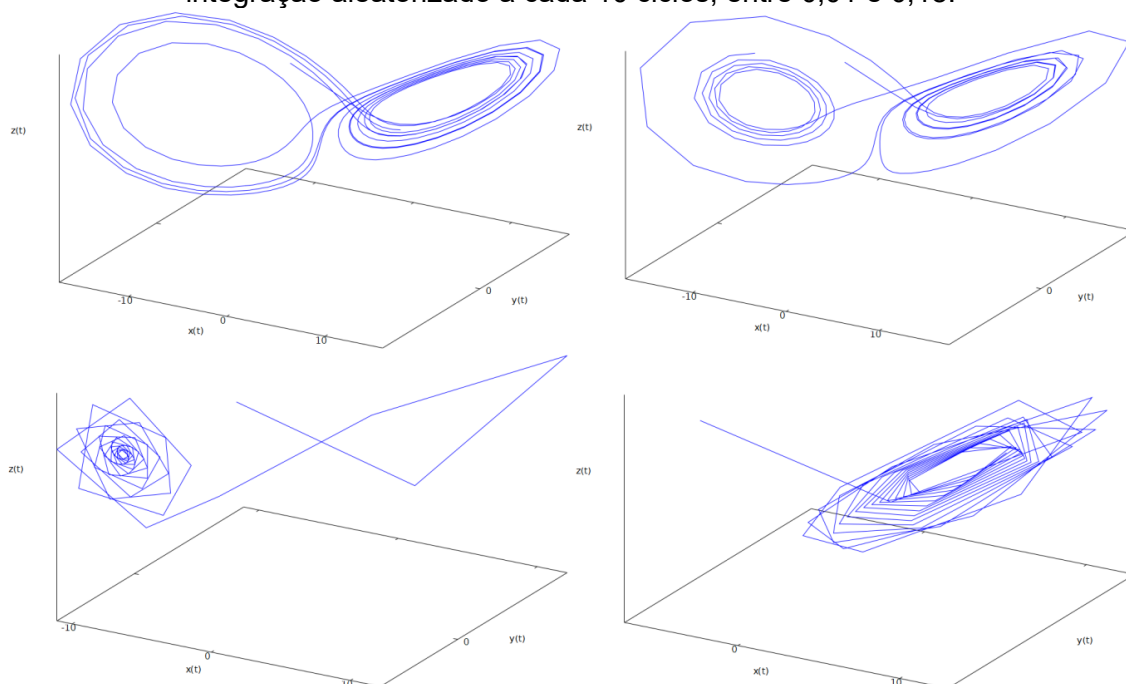
Figura 1 - Atrator de Lorenz com 100 ciclos e passo de integração igual a 0,01.



Fonte: elaborado pelos autores.

⁵ As equações são derivadas temporais, ou seja, dx/dt deve ser lido como “taxa de variação da grandeza x no tempo”. Lorenz visava simular instabilidades atmosféricas. A primeira equação (função de x) representa uma função de fluxo; a segunda equação (função de y) representa mudanças na temperatura; e a terceira equação (função de z) representa o desvio na temperatura linear. Os parâmetros fornecidos são o número de Prandtl (σ), que representa a razão entre a viscosidade cinemática (resistência interna do fluido ao movimento) e sua difusividade térmica (como o calor se propaga no fluido); o número de Rayleigh (r), que representa a diferença de temperatura entre o topo e a base de uma camada de fluido; e b representa as dimensões físicas da camada de fluido em questão (sua espessura, por assim dizer).

Figura 2 - Diferentes simulações do Atrator de Lorenz com 100 ciclos e passo de integração aleatorizado a cada 10 ciclos, entre 0,01 e 0,18.



Fonte: elaborado pelos autores.

Nosso interesse repousa no potencial ilustrativo para pensarmos na prática historiográfica, sendo importante notar que as variáveis evoluem em codependência, ou seja, coevoluem. Coevoluções estão sempre presentes na diacronia histórica e podem ser notadas entre organismo e ambiente físico ou cultural (RICHERSON; BOYD, 2005; ROUSE, 2023), entre estruturas e estratégias (SKYRMS, 2004), entre *habitus* e campo (BOURDIEU, 2014). Enquanto a Figura 1 apresenta um gráfico gerado a partir de um conjunto extremamente significativo de pontos no espaço (consequência do menor passo de integração), as versões constantes na Figura 2 apresentam o que ocorre quando tentamos traçar uma continuidade entre pontos escassos no espaço gráfico devido à ampliação aleatorizada do passo de integração. As equações e os parâmetros iniciais são os mesmos, mas a representação gráfica pode tanto se assemelhar àquela com pontos mais representativos (como nos casos superiores da Figura 2) quanto divergir completamente (como nos casos inferiores da Figura 2). Essa escassez de pontos no espaço gráfico nos permite pensar, metaforicamente, na escassez de informações e fontes para a reconstrução e interpretação histórica de um acontecimento ou período.

A aleatorização do passo de integração foi intencionalmente adicionada pelo fato de que diferentes períodos apresentam maior ou menor disponibilidade de fontes.

O que pensar sobre acontecimentos históricos, sujeitos a uma infinidade de variáveis que podem se alterar a todo momento? Essa tentativa de estabelecer uma continuidade gráfica (continuidade da linha traçada entre os pontos obtidos) nos permite pensar na necessidade de uma continuidade lógica e narrativa entre os acontecimentos que os historiadores buscam explicar. As ilustrações são exemplares quanto à possibilidade de acidentes de percurso. Essa continuidade ou coerência lógica e narrativa, necessária à compreensão e legibilidade de qualquer produto textual, tende a mobilizar o polo imaginativo do historiador para que determinadas lacunas sejam preenchidas. É evidente que esse processo não se iguala à escrita puramente ficcional. O historiador deve lidar com um maior número de restrições, pois, além daquelas impostas a todo produto textual, também deve buscar uma linha expositiva (ainda que suposicional) capaz de manter a coerência entre as informações obtidas de diversas fontes (GINZBURG, 2002; PROST, 2008). Por vezes, várias vias explicativas podem atender às expectativas de coerência para um conjunto de fontes (ou de pontos no espaço de análise, se quisermos pensar dessa forma), e diversas dessas vias só se mostrarão incoerentes se novas fontes (ou novos pontos no espaço de análise) forem descobertas na posteridade.

A afirmação de Salmon (1912) sobre o pergaminho de Clio encerra um texto sobre a necessidade constante de reescrita da História, seja pela descoberta de novas fontes e informações, pelo aprimoramento dos métodos ou pelas contribuições de outras ciências. Por esse motivo, as verdades na História são relativas e parciais (FICO, 2008; 2014; PROST, 2008; SALMON, 1912). Toda narrativa histórica também carrega as marcas de seu produtor e, portanto, seus vieses, ideologias e visões de mundo. E a busca pela coerência entre elementos dispersos no domínio do “historicamente possível” pode ancorar conclusões inadequadas emergentes de fontes e narrativas prévias ou das memórias reenquadradas de figuras históricas que relembram e relatam tempos idos. Fica evidente que o resultado do empreendimento historiográfico é uma narrativa duplamente mediada, contendo as marcas do historiador e dos

agentes históricos que produziram as fontes analisadas. Mas é exatamente essa busca por uma coerência lógica e narrativa, uma coerência explicativa e causal, que nos impele a uma comparação com sistemas caóticos (determinísticos) e não com sistemas estocásticos (com componentes aleatórios).⁶

Evidenciar essa multiplicidade de fatores e potenciais ruídos sobre a escrita da História demanda cautela, sobretudo pelos usos negligentes e abusos da disciplina. Reconhecer as limitações do trabalho historiográfico não significa descartar a História, tampouco abrir flanco para negacionismos, revisionismos incautos, valorização de fontes notadamente falsas, inexpressivas ou de influência limitada num contexto histórico. O que as críticas endógenas do campo historiográfico buscam é a melhoria contínua dos processos de avaliação, interpretação, crítica e escrita sobre o passado. Prost caracteriza o texto histórico como “saturado”, frequentemente remetendo o leitor a comprovações externas ao próprio texto, que busca se apresentar sem lacunas. Mas essas lacunas nunca deixam de existir. Em tom confessional, menciona “(...) a insatisfação do historiador diante do livro acabado porque só ele conhece o número de artifícios adotados para colmatar aspectos deficientemente pesquisados quando, afinal, seu texto se limita, na melhor das hipóteses, a assinalá-los” (PROST, 2008, p. 237). Reafirma-se a existência de uma atividade de pesquisa e outra atividade de escrita, sendo a primeira necessária, subsídio e limitação do escopo possível de ser alcançado pela segunda.

A diversidade de fontes, métodos, abordagens e perspectivas (pois qualquer assunto pode ser objeto de análise e escrita histórica) culmina na inexistência de um único método. Portanto, pensar nas heurísticas mobilizadas pelos historiadores parece ser mais adequado para compreender a etapa precedente à formalização da narrativa histórica. Wineburg (1991) rastreou três heurísticas mobilizadas na interpretação de fontes escritas e pictóricas: avaliação (*sourcing*), contextualização (*contextualization*) e corroboração

⁶ Se estivéssemos utilizando uma função linear ou em escala logarítmica, seria possível chegarmos a uma representação gráfica fidedigna mesmo com poucos pontos aleatorizados no espaço. Daí a necessidade de utilizarmos um sistema caótico para exemplificar as dificuldades do trabalho historiográfico.

(*corroboration*). Por meio destas, é possível situar a fonte em seu contexto imediato de produção, ancorando hipóteses no conhecimento prévio do historiador; ampliar as indagações e questionamentos iniciais com a paulatina ampliação do contexto analisado; e confrontar diferentes fragmentos, dados e fontes para avaliar a credibilidade e plausibilidade das narrativas emergentes.

Posteriormente, Baron (2012) ampliou o escopo de heurísticas pensando em fontes arquitetônicas, elencando: originação (*origination*), estratificação (*stratification*), intertectonalidade (*intertectonality*), suposição (*supposition*) e discernimento empático (*empathic insight*). Obras arquitetônicas envolvem uma multiplicidade de atores na sua construção. São essencialmente coletivas. Sua construção pode ser incremental por anos, décadas ou séculos e, portanto, sua contextualização exige uma fragmentação em diferentes blocos de análise. O produto arquitetônico não pode ser corroborado; ele simplesmente existe. O que cabe corroborar são seus usos e funções sociais para diferentes grupos em diferentes contextos e momentos. As suposições e o discernimento empático podem ser observados na análise de quaisquer fontes, pois toda explicação histórica envolve o teste de hipóteses tentativas e a necessidade de considerar os pontos de vista de diferentes atores sociais que habitaram e construíram tempos idos.

Outras heurísticas podem ser identificadas e mobilizadas, mas a atenção a essas vias semi-automatizadas de raciocínio nos leva a considerar suas contrapartidas disfuncionais, usualmente apresentadas como vieses. A convergência e complementaridade entre vieses cognitivos e motivacionais em ambientes complexos possibilita compreender que nossa tendência em acreditar informações que confirmem nossas opiniões (viés cognitivo) pode nos levar a adotar determinadas narrativas como legítimas, reforçando nossa tendência em acreditar informações advindas de uma fonte que tomamos como crível (viés motivacional). Tendências como essas não afetam apenas leigos, mas também intelectuais e profissionais, influenciando suas formas de filtragem e enquadramento do conteúdo que será tornado público (e com uma espécie de chancela social de que aquele conteúdo fora rigorosamente escrutinado). Em última instância, a segregação mental entre fontes, pessoas e instituições críveis e duvidosas por diferentes grupos sociais cria e criou, em diversos

momentos, um fenômeno que as redes sociais escancararam e que hoje denominamos “câmaras de eco”. Assim, fica fácil compreender as resistências de determinadas escolas teóricas a novas contribuições. No campo historiográfico ainda é comum se exaltar a *École des Annales* como uma revolução interdisciplinar, apesar de ser notável que tal interdisciplinaridade se limitou apenas às Humanidades. Isso indica a urgência das novas interdisciplinaridades apontadas por Barros (2020).

As heurísticas mobilizadas por historiadores e *fact checkers* também se mostram relevantes como subsídio à tomada de decisão (WINEBURG, 2018), o que ilustra a transferência de criticidade advogada por Barros (2020). Ao lidar com o passado, o tempo de amadurecimento e decantação do método e da crítica podem se alongar sem grandes prejuízos, mas esse não é o caso com a tomada de decisões no presente, num mundo extremamente rápido, complexo e interconectado. Na atualidade, o tempo de verificação definitivamente importa, e heurísticas como a leitura lateral (*lateral reading*) ganham destaque. Leituras laterais e comparadas de diferentes fontes são frequentes entre aqueles que se utilizam da imprensa para a compreensão histórica, cientes de que diferentes linhas editoriais apresentam diferentes enquadramentos, silogismos e omissões. Tais considerações nos levam a pensar a própria curadoria, seleção e construção das informações que são preservadas para a posteridade, podendo influenciar futuras narrativas históricas.

Após essas considerações sobre os diversos problemas existentes na escrita da História, sem pretensão de esgotar o tema, como demonstrar algumas dessas questões a partir de narrativas históricas específicas?

2. EXEMPLIFICANDO A COMPLEXIDADE: CARLOS LACERDA ENTRE 1945 E 1965

Nosso recorte se inicia no ano final do Estado Novo (1937-1945). Mesmo antes de findo o regime ditatorial varguista, em outubro, encontramos uma famosa entrevista com o ministro José Américo de Almeida, publicada por Carlos Lacerda no *Correio da Manhã*. O entrevistado defende o retorno da democracia. Poucos dias depois, a Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro

de 1945, trouxe expectativas sobre a mudança de regime.⁷ Essa entrevista é comumente associada à derrocada do período ditatorial de Getúlio Vargas e constitui um interessante marco para pensar a formação da União Democrática Nacional (UDN), no mesmo ano, e o protagonismo de Carlos Lacerda como opositor de Vargas (ANTONIO, 2021; BENEVIDES, 1981; DELGADO, 2006; DULLES, 1992; LACERDA, 1978; MEDEIROS, 2021; MENDONÇA, 2002; MORAIS, 1994).

Mas o que caracteriza um acontecimento como causa ou catalisador da derrocada de um regime? Nesse caso, a historiografia tem se pautado na repercussão perante esferas políticas ou nos ciclos de replicação e retomada de referências na esfera pública da época, o que nos remete à massa de fontes, nosso “conjunto de pontos no espaço”. Barros (2023) situa a necessidade de analisar fontes de imprensa considerando as redes de interesses, relações e concorrências nas quais se inserem e aquelas das quais se constituem, ou seja, o próprio ecossistema empresarial, temático, criativo e midiático que, no nosso recorte, constitui a esfera pública. Leituras laterais e comparadas se mostram necessárias para desvelar essa malha de referências cruzadas até mesmo no interior das disciplinas, já que a canonização de textos e autores tende a criar formas de marginalização e negligência. Como avaliar a relevância de uma contribuição à disciplina se seus autores caem no esquecimento? A síntese de Sapolsky (2023) e o clássico livro de Gleick (1987) sobre a teoria do caos omitem colaborações femininas, mesmo quando o próprio Lorenz (1963) as mencionou em seus agradecimentos, como apontado por Sokol (2019). Fica evidente como determinadas pessoas e narrativas podem cair no esquecimento enquanto outras são alçadas a posições privilegiadas de agenciamento ou rememoração. A economia narrativa busca estudar fenômenos como esse, sendo de especial interesse os conceitos de constelações e confluências de narrativas (SHILLER, 2019). As constelações tratam da codependência, já que a credibilidade e relevância de uma narrativa repousa num conjunto de várias outras. Nesse sentido, todo produto historiográfico é uma espécie de constelação de narrativas emergentes de

⁷ Mais precisamente o artigo 77 da respectiva lei, que prevê eleições diretas para Presidente da República.

diferentes fontes conforme a curadoria e interpretação do historiador. Por sua vez, as confluências tratam de narrativas que, apesar de não serem codependentes, colaboram para desencadear um mesmo efeito ou consequência social. Diferentes constelações podem apresentar elementos em comum que permitam sua confluência, levando a consequências imprevistas pelos agenciadores de determinadas narrativas.

Omissões e apagamentos também podem resultar da necessidade de síntese, que força simplificações, atalhos e recortes na exposição e explicação causal dos acontecimentos históricos. Aceitemos que Vargas caiu no ostracismo após deixar o poder, como sustenta Wainer (1988), jornalista que supostamente alçou o ex-ditador à presidência. Essa narrativa é usualmente replicada, embora existam contestações (CARVALHO, 2001; SOUZA, 1989). A mais recente biografia de Wainer é cautelosa e restringe o período de suposto ostracismo a partir de fins de 1947 (MONTEIRO, 2020). O trunfo de Wainer teria sido uma entrevista “não planejada” com Vargas, cuja repercussão garantiria o retorno ao poder por vias democráticas. Em troca disso, o novo presidente teria auxiliado o jornalista a fundar seu jornal em 1951, o *Ultima Hora* (BARBOSA, 2007; LAURENZA, 1998; WAINER, 1988).⁸ Alguns relatos já contrapunham essa versão de uma entrevista quase acidental (MORAIS, 1994), mas eram tomados como intrigas de menor valor à explicação histórica. Isso muda quando analisamos as cartas de Alzira Vargas ao pai, Getúlio, demonstrando que a entrevista foi encomendada, embora Wainer talvez desconhecesse isso (MONTEIRO, 2020; NETO, 2014; NOVAES E CRUZ; MOREIRA, 2018). O caso ilustra posições privilegiadas de agenciamento histórico: Wainer surge como uma peça no jogo, mas reconfigura e difunde narrativas sobre si e seus feitos que o situam no cânone do jornalismo brasileiro do século XX.

Nosso desvio de Lacerda para Wainer se justifica por dois motivos: [1] o retorno de Vargas ao poder em 1951 fornece um contexto propício para a oposição agressiva e ostensiva de Lacerda nos planos político e jornalístico; e [2] Lacerda funda o jornal *Tribuna da Imprensa* em 1949, dois anos antes de

⁸ Barbosa (2007) trata de uma “mítica da renovação”, segundo a qual os jornalistas do *Ultima Hora* construíram e reforçaram discursos míticos sobre si mesmos e o jornal. Sob essa perspectiva, o fundador do jornal também seria agenciador dessa mítica.

Wainer fundar o *Ultima Hora* (ANTONIO, 2021; BARBOSA, 2007; DELGADO, 2006; DULLES, 1992; JUSTINO, 2024; LAURENZA, 1998; MEDEIROS, 2021; PEREIRA, 2020). Apesar das diferenças significativas de tiragem, os dois periódicos costumam ser retratados em quadros antitéticos, respectivamente como base de oposição e sustentação ao governo Vargas (1951-1954) (LAURENZA, 1998; PEREIRA, 2020). Retornando aos apontamentos de Barros (2023) sobre analisar periódicos em rede, pontuamos que Lacerda contava com o apoio dos veículos de imprensa de Assis Chateaubriand e da família Marinho, como a TV Tupi e a Rádio Globo (CARVALHO, 2001; DULLES, 1992; LAURENZA, 1998; MEDEIROS, 2021; MORAIS, 1994; WAINER, 1988). Assim, as baixas tiragens da *Tribuna da Imprensa*, se comparadas às de *Ultima Hora*, não devem pressupor baixa possibilidade de agenciamento histórico sobre as questões políticas do período.

Como base de apoio a Vargas, o *Ultima Hora* se tornou alvo preferencial das investidas de Lacerda, capilarizadas em jornais, rádio e TV. Tais investidas, visando atingir Vargas, se apropriam da denúncia de financiamentos indevidos ao *Ultima Hora* através do Banco do Brasil. A situação escala com acusações cruzadas que, em 1953, levaram à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. Abundam obras sobre o tema, entre trabalhos dedicados (CARVALHO, 2012; LAURENZA, 1998), outros que inserem a questão em contextos mais amplos (CARVALHO, 2001; DELGADO, 2006; DULLES, 1992; MEDEIROS, 2021; MONTEIRO, 2020; MORAIS, 1994) e livros de memórias dos envolvidos (LACERDA, 1978; WAINER, 1988).

Todavia, segundo a historiografia, o desgaste político de Vargas não decorre da facilitação de financiamento para um jornalista aliado, mas de um atentado contra um jornalista opositor. Em maio de 1954, o repórter Nestor Moreira, do jornal *A Noite*, foi espancado pelo policial Paulo Ribeiro Peixoto, vulgo “Coice de Mula”, em Copacabana. O jornalista veio a óbito no mesmo mês. O Rio de Janeiro era capital federal no período e, conseqüentemente, o policiamento se subordinava ao governo federal. Lacerda explorou o episódio através da *Tribuna da Imprensa*, dada a facilidade de vincular uma polícia autoritária a um ex-ditador. Ressurgem disputas com a base governista,

sobretudo o *Ultima Hora*, que garantiram uma charge e um apelido marcantes no histórico de Lacerda: “O Corvo” (ANTONIO, 2021; DELGADO, 2006; DULLES, 1992; JUSTINO, 2024; WAINER, 1988). Em agosto do mesmo ano, Lacerda e o Major da Aeronáutica Rubens Vaz, que fazia sua segurança pessoal no dia, foram vítimas de um atentado a tiros. Lacerda saiu ferido e Vaz veio a óbito. O episódio ficou conhecido como atentado da rua Tonelero e investigações ligaram os perpetradores à guarda pessoal do presidente. A oportunidade de uma oposição mais virulenta e fundamentada foi explorada por Lacerda (ANTONIO, 2021; DELGADO, 2006; DULLES, 1992; JUSTINO, 2024; LACERDA, 1978; LAURENZA, 1998; WAINER, 1988). A sequência de ataques através da imprensa, por vezes mencionada como campanha de difamação, é usualmente lembrada como principal causa do suicídio do ex-presidente em 24 de agosto de 1954. Entretanto, vários trabalhos situam o contexto de oposição enfrentado por Vargas no período e nos lembram de variáveis, causas diretas e indiretas do acontecimento histórico (DELGADO, 2006; MENDONÇA, 2002; NETO, 2014). Antonio (2021, p. 62) sintetiza:

Conjuntamente, os idos de 1953 e 1954 são marcados pelo rompimento de setores do empresariado industrial e de alas políticas com o então presidente Getúlio Vargas, já demonstrando o enfraquecimento e isolamento do líder populista. Como exemplo, temos o rompimento entre o governo e Ademar de Barros; o envolvimento de Euvaldo Lodi na CPI do *Ultima Hora*; a divulgação do “Memorial dos Coronéis”, demonstrando a insatisfação da ala militar com o governo; a tentativa frustrada de um *impeachment* contra Vargas; a insatisfação entre os segmentos operários e sindicais, demonstrada no comício de 28 de janeiro de 1954 e enfatizada com a saída de João Goulart do Ministério do Trabalho; o suposto acordo secreto com a Argentina e Chile para barrar a presença norte-americana no Cone Sul; e as diversas denúncias de irregularidades administrativas do governo federal junto à imprensa e ao Congresso.

A insatisfação militar com o governo, catalisada pela morte de um Major da Aeronáutica, situa o potencial instrumental dos ataques de Lacerda. Todavia, a publicação massiva de ofensivas e contraofensivas que levaram ao suicídio de Vargas – e a própria exploração midiática do suicídio – cambiaram posições no imaginário popular, fazendo com que Lacerda passasse de vítima a perpetrador. Características como autoritarismo instrumental, elitismo,

pragmatismo, golpismo, polemismo e moralismo, notadas em diversas condutas, discursos e posicionamentos lacerdianos, usualmente se aglutinam numa persona e constroem um estereótipo implícito que tem sido a via preferencial para o preenchimento de lacunas históricas, sobretudo quanto às motivações de Lacerda. Essa espécie de restrição do polo imaginativo do historiador para lidar com dados que as fontes não fornecem abre flancos para acidentes na escrita histórica. É evidente que todo indivíduo altera seus posicionamentos, opiniões e motivações, seja na diacronia histórica, seja no trânsito sincrônico por diferentes campos sociais. Também é evidente que todo historiador é ciente dessa questão, já explicitada nos apontamentos de Bourdieu (2014) e Ricoeur (1991). Mas, no ano seguinte, um evento forneceu novos subsídios para que esse estereótipo implícito se cristalizasse.

Voltando sua oposição contra Juscelino Kubitschek, herdeiro político de Vargas em campanha nas eleições de 1955, Lacerda tornou pública a famosa *Carta Brandi* por rádio, TV e nas páginas da *Tribuna da Imprensa*. O documento, posteriormente provado falso, era uma carta endereçada ao então ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart, datada de agosto de 1953, articulando um movimento armado sindicalista no Brasil com apoio argentino (DELGADO, 2006; DULLES, 1992; LACERDA, 1978; MEDEIROS, 2021; MENDONÇA, 2002; MONTEIRO, 2020). Essa questão se inclui numa série de ações que visavam tumultuar as eleições e impedir a posse do presidente eleito, e culminaram no golpe preventivo de 11 de novembro de 1955, que garantiu a posse de Kubitschek.

Lacerda (1978) sustentou sua crença na veracidade do conteúdo, apesar da falsidade da carta, algo conveniente para publicar nas suas memórias. Esse episódio nos confronta com a contemporaneidade das notícias falsas. Com a Primeira Guerra Mundial, a mesma temática captura a atenção dos historiadores. Nesse contexto, Bloch (1921) publica *Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre* e Salmon (1923) tensiona o papel do correspondente de guerra que, ao noticiar sobre o *front*, precisa se acautelar sobre *o quê* e *como* isso pode informar ao inimigo. Com ressalvas, esse contexto belicoso se assemelha ao período analisado, já que a Escola Superior de Guerra (ESG), preocupada com as guerras da Coréia e da Argélia

na década de 1950, busca trazer ao Brasil a teoria francesa da guerra revolucionária e noções de guerra psicológica, dando novos contornos ao anticomunismo do período (ARRUDA, 1983). Sobre o ideário de Lacerda, Delgado (2006, p. 34) afirma que:

(...) sua proximidade ideológica e política com os liberais da UDN e com os militares da ESG colocaram Lacerda e os lacerdistas junto aos liberais-conservadores, defensores da propriedade privada, da livre iniciativa e da inserção do Brasil ao mundo ocidental capitalista.

Embora simplista, o estereótipo projetado sobre Lacerda parece coerente para explicar a *Carta Brandi* sem necessariamente falsear sua eventual crença nas informações nela contidas.

Em 1960, a capital federal passa a ser Brasília, e a cidade do Rio de Janeiro se torna o estado da Guanabara. Talvez por ironia do destino, Lacerda foi governador do novo estado entre 1960 e 1965, herdando parte do policiamento que tanto denunciou e vinculou a Vargas em 1954 (ANTONIO, 2021; DULLES, 2000; HIGA, 2014; JUSTINO, 2024; LACERDA, 1978; MENDONÇA, 2002; PEREZ, 2007). Essa inversão de polos permitiu diversas ofensivas do *Ultima Hora* contra o governador, novamente pautando a truculência policial.

Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 e sob o risco da sucessão pelo vice-presidente João Goulart, herdeiro político de Vargas, o aparato repressivo da Guanabara foi mobilizado para conter greves e revoltas populares. Neste contexto, somaram-se prisões arbitrárias e censura aos meios de comunicação (ANTONIO, 2021; DULLES, 2000; MENDONÇA, 2002). O interesse guiado de um veículo de imprensa oposicionista colocava o governador numa posição sensível e semelhante à do presidente que ele antes atacara. Entre 1962 e 1963 abundam denúncias no *Ultima Hora* de que cadáveres estavam sendo encontrados em rios próximos à Guanabara, usualmente creditados à Invernada de Olaria, delegacia que hospedaria um esquadrão da morte. No mesmo período, o *Ultima Hora* constata o envio de pessoas em situação de rua para estados vizinhos e práticas de extermínio por servidores da Segurança Pública guanabarina. A chamada “Operação mata-mendigos” mobilizou percepções de autoritarismo e elitismo devido à condição

social das vítimas. Até mesmo uma CPI estadual foi instalada para investigar o caso (ANTONIO, 2021; DULLES, 2000; LACERDA, 1978; MENDONÇA, 2002; MONTEIRO, 2020; WAINER, 1988). Essas denúncias se somaram às iniciativas de remoção de favelas, cristalizando as supracitadas percepções (ANTONIO, 2021; JUSTINO, 2024; MEDEIROS, 2021; PEREZ, 2007). Mas é importante lembrar que uma gestão não pode ser reduzida a uma caricatura ou estereótipo, já que envolve uma multiplicidade de profissionais, competências, problemas, pressões e possibilidades.

No período de dezembro de 1960 a dezembro de 1965 foram obtidos os seguintes resultados: a construção de cerca de duzentas escolas primárias, correspondendo a 65% das escolas existentes até então; a construção e o crescimento em 30% da rede hospitalar; a edificação de cerca de 12 mil casas populares que receberam os moradores das favelas removidas; a abertura da adutora do Guandu, que exigiu a perfuração de um túnel na rocha com 43 quilômetros de extensão e permitiu a expansão da rede de água em novecentos quilômetros; a instalação de seiscentos quilômetros de esgotos, correspondendo a 60% do total que já fora instalado; a inauguração de 19 viadutos na cidade e a perfuração de 5,6 quilômetros de túneis; a remoção dos bondes e a introdução de seiscentos novos ônibus pela Companhia de Transportes Coletivos; a instalação de três usinas de coleta de lixo; a entrega do parque do Flamengo ao carioca (PEREZ, 2007, p. 114-115).

Esse contraste posiciona duas leituras distintas sobre Lacerda: “demolidor de presidentes” e “construtor de estado”. A mescla dessas personas não é contraditória ou antagônica. A supracitada oposição a Goulart também levou Lacerda a apoiar as movimentações golpistas que resultaram na tomada de poder pelos militares em abril de 1964, na expectativa de que a “revolução” fosse apenas sanear a política brasileira e devolvê-la aos civis. Lacerda foi uma das principais vozes civis a apoiar a campanha de desestabilização, o consequente golpe de Estado, e os momentos iniciais do governo de Castelo Branco (1964-1967), mas suas expectativas eram claras: disputar o pleito presidencial em 1965. O “demolidor de presidentes” era necessário ao “construtor de Estado” e vice-versa. Todavia, o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos vigentes e estabeleceu eleições indiretas para a presidência da República, explicitando a ditadura e frustrando

expectativas eleitorais (ANTONIO, 2021; HIGA, 2014; JUSTINO, 2024; LACERDA, 1978; MENDONÇA, 2002). Com essa frustração, o ano seguinte marca a reaproximação de Lacerda com os antigos opositores, Goulart e Kubitschek, para a formação de uma Frente Ampla contra o regime militar. Posteriormente, Lacerda foi preso e teve seus direitos políticos cassados pelo regime que ajudara a instalar (ANTONIO, 2021; DELGADO, 2006; DULLES, 2000; HIGA, 2014; JUSTINO, 2024; LACERDA, 1978; MEDEIROS, 2021; MENDONÇA, 2002).

Tanto o golpe de 1964 quanto as expectativas de Lacerda nos permitem ponderações. Quanto ao golpe, devido à distinção e coexistência de grupos, eixos de articulação e meios empregados, Fico (2008; 2014) explicita a separação entre uma campanha de desestabilização das bases governistas, uma conspiração e um golpe propriamente dito. Entre a conspiração e o golpe (dois elementos discretos de análise), a ausência de uma organização centralizada implicou um caráter multipolar, de disputas entre grupos nem sempre harmônicos e coesos, embora almejassem igualmente a queda de Goulart. Essa multipolaridade resultou numa deflagração quase acidental do golpe (DELGADO, 2006; FICO, 2008; 2014). Embora algumas narrativas apresentem a ruptura de Lacerda e outros atores sociais com o regime militar como um ato de oportunismo, ingenuidade ou hipocrisia (HIGA, 2014; MENDONÇA, 2002), uma explicação alternativa seria a própria distribuição desigual de acesso à informação e às possibilidades de agenciamento histórico, que resultou numa quebra de expectativas quando outra realidade se impôs. As expectativas de Lacerda ficam claras em seus depoimentos e cartas (LACERDA, 1978; HIGA, 2014).

Como apresentado, interpretações mais simplistas e coesas da personalidade e ações lacerdianas (usualmente derivadas de enquadramentos como autoritarismo instrumental, elitismo, pragmatismo, golpismo, polemismo e moralismo) parecem constituir as vias explicativas preferenciais para suas formas de navegação política e social na diacronia histórica, mas não seria essa apenas uma heurística mobilizada para tangenciar a necessidade de fontes e informações indisponíveis ao historiador? Esse questionamento não visa denunciar ou invalidar ferramentas tão necessárias à coesão das

narrativas históricas, mas apenas lembrar, conforme Salmon (1912), que o pergaminho de Clio permanece entreaberto.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os fragmentos mobilizados para pensarmos o histórico de Lacerda entre 1945 e 1965 apresentam saltos significativos, simplificações e supressão de acontecimentos igualmente necessários para uma clara compreensão histórica. Não foi nossa intenção fornecer um histórico completo e sequer acreditamos que isso seja possível. A necessidade de síntese sempre será um imperativo na escrita da História.⁹ Ainda assim, fica claro que uma História vista por tantos lados quanto possível, perspectivando trajetórias individuais, relações e contextos, se impõe como necessária à compreensão dos acontecimentos, mas isso também demanda ampliar o rol de variáveis consideradas e suas dinâmicas de coevolução.

Lacerda claramente altera seu alinhamento político conforme os interesses pessoais e oportunidades encontradas, mas questões semelhantes podem ser evidenciadas em qualquer agente sobre o qual a análise histórica repouse. Sensibilidade às condições iniciais? Talvez esse seja um bom exemplo, uma vez que a posição social de um agente histórico sempre vai impor um conjunto de potencialidades, limitações e escolhas, todas com implicações futuras sobre as quais nem sempre o agente terá controle. Questionado sobre incoerências na sua trajetória política, Lacerda se defendeu:

(...) os acontecimentos mudam, as coisas mudam de aspecto. E só realmente uma pessoa obstinada ou vaidosa é que não reconhece quando as coisas mudam. O que peço a Deus é que me conserve exatamente essa capacidade de parecer

⁹ Para relatos autobiográficos: Lacerda, 1978. Para uma biografia solicitada pelo próprio biografado: Dulles, 1992; 2000. Para uma biografia política crítica: Mendonça, 2002. Para as memórias de jornalistas sobre Lacerda: Medeiros, 2021. Para articulações junto à UDN: Benevides, 1981. Para articulações junto à *Tribuna da Imprensa*: Delgado, 2006. Para a CPI da *Ultima Hora*: Carvalho, 2012, Laurenza, 1998. Para Lacerda enquanto governador da Guanabara: Perez, 2007. Para o atentado da rua Tonelero, os idos de 1961 na Guanabara e a *operação mata-mendigos*: Antonio, 2021. Para uma análise da ruptura com os militares: Higa, 2014. Para o papel de Lacerda na construção e ressignificação de memórias sobre o Rio de Janeiro e mobilização da memória como ferramenta política: Justino, 2024. A lista não pretende ser exaustiva, sendo fácil encontrar outras teses, dissertações, livros e biografias sobre Lacerda que não foram utilizadas no presente artigo.

incoerente, quer dizer, de elogiar o sujeito quando o sujeito me parece que está fazendo coisa certa e, amanhã, espinafrá-lo quando me parece que ele está fazendo a coisa errada (LACERDA, 1978, p. 404).

Segundo Shiller (2019), a história de nossos tempos e de nossas vidas muda constantemente e, com isso, nosso próprio comportamento muda. Segundo Turchin (2008, p. 35, tradução livre), “tal como outros sistemas com *feedback* não linear, as sociedades respondem frequentemente às intervenções de formas surpreendentes.”

As possibilidades de enquadramento entre a mesmidade e a ipseidade lacerdiana excedem o “demolidor de presidentes”, o “construtor de estado” e mesmo o “arquiteto memorialista”, apresentado por Justino (2024). A partir dos relatos de jornalistas, Medeiros (2021, p. 126) sustenta que:

A ambivalência característica da trajetória de Carlos Lacerda e das ideias que ele defendeu também aparece nos depoimentos dos jornalistas, que se dividem entre aqueles que: 1) situam o personagem como um democrata e anticomunista de longa data; 2) reconhecem algumas qualidades pessoais suas, mas entendem que Lacerda não tinha nada de democrata; e 3) ressaltam que, apesar dele ter se envolvido em campanhas golpistas nos anos 1950 e 1960, teria chegado ao final de sua vida reformado em seu compromisso com as normas e instituições democráticas.

Ampliando o campo de observação, podemos pensar no fenômeno chamado de lacerdismo, consequência direta da projeção política de Lacerda. Antonio (2021, p. 419-420) sintetiza contribuições da literatura para demonstrar que mesmo esse fenômeno é ambíguo e polissêmico, havendo:

(...) um lacerdismo mais amparado no carisma e na identificação pessoal com o líder, para o qual as posições e tomadas de posição políticas e econômicas são cambiáveis; e outro lacerdismo mais amparado em posições e tomadas de posição políticas e econômicas, para o qual o carisma e a identificação pessoal com o líder podem ser forte e sumariamente desvalorizados pela quebra de uma deontologia.

Delgado (2006) menciona um lacerdismo positivo (deontológico e programático, voltado à afinidade ideológica entre o indivíduo e Lacerda) e um lacerdismo negativo (oposicionista e pragmático, voltado à definição de opositores políticos em comum entre o indivíduo e Lacerda).

Segundo Fico (2014, p. 8), “os fenômenos históricos são complexos. Não há fatos simples. O bom entendimento histórico não é confortável, apaziguador: ele não equaciona o passado, nem nos dá respostas definitivas, mas nos faz pensar.” Tal constatação é tão incômoda que Turchin (2008) abre seu manifesto pela Cliodinâmica apontando coexistirem mais de 200 explicações para a queda do Império Romano, sem consenso. Mas, conforme Fico (2008, p. 68):

Os historiadores, há quase um século, abandonaram qualquer pretensão de neutralidade, imparcialidade ou objetividade totais. (...) Se a história não tem a pretensão de estabelecer a verdade absoluta, tal objetivo, poder-se-ia dizer, é seu “horizonte utópico”, que sempre temos em mira, como alvo ou desígnio, apesar de inatingível.

Como tudo isso se encaixa nos desafios propostos ao início do texto? Em tempos de polarização e desinformação, simplificar ou estereotipar opositor político ou interlocutor é um fator de ruído que pouco agrega à compreensão e ao diálogo. Reconhecer a complexidade de indivíduos, narrativas e acontecimentos é um passo importante e necessário para compreendermos *como, quando e para quem* certos discursos são mobilizados. A transferência de criticidade deve ser consequência do rigor metodológico, de um compromisso ético e da busca por uma história inclusiva. Isso demanda abrir os canais de diálogo, inclusive disciplinares. Devemos exercitar a empatia histórica e combater vieses que se refletem na construção das narrativas, como nossa tendência a interpretar eventos passados como mais previsíveis do que realmente foram (viés de retrospectiva) ou de atribuir certas características a indivíduos de modo mais estável ou monolítico do que suas biografias e nosso próprio conhecimento das inconstâncias humanas nos demonstram (estereótipos implícitos). Também é necessário lembrar que não são apenas os acontecimentos e pessoas públicas que podem alterar a História, mas a própria interpretação que tornamos pública sobre acontecimentos e pessoas pode alterar nossas leituras sobre a história e até mesmo seu curso. Lacerda ressurge como exemplo (ora a ser seguido, ora a ser evitado), pois restringia ou ampliava os canais de circulação e articulava seus discursos e interpretações sobre os acontecimentos ciente de que, com isso, podia alterar

a História e as histórias futuramente contadas sobre si (DELGADO, 2006; HIGA, 2014; JUSTINO, 2024; MEDEIROS, 2021).

REFERÊNCIAS

ANTONIO, M. D. **A “operação mata-mendigos” na Guanabara:** representações e apropriações no jornal *Última Hora*, no Poder Legislativo, no Poder Judiciário, no teatro e no cinema. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

ARRUDA, A. **A Escola Superior de Guerra:** história de sua doutrina. 2. ed. ampl. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1983.

BARBOSA, M. **História Cultural da Imprensa:** Brasil, 1900-2000. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARON, C. Understanding Historical Thinking at Historic Sites. **Journal of Educational Psychology**, Washington, D.C., v. 104, n. 3, p. 833-847, ago. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0027476>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BENEVIDES, M. V. M. **A UDN e o udenismo:** ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BARROS, J. D. Seis desafios para a historiografia do novo milênio. **Cadernos de História**, v. 20, n. 33, p. 248-292, 5 set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2019v20n33p248>. Acesso em: 13 out. 2024.

BARROS, J. D. **O jornal como fonte histórica.** Petrópolis: Vozes, 2023.

BLOCH, M. Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre. **Revue de synthèse historique**, Paris, t. 33, p. 13-35, 1921.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2014.

CARVALHO, A. C. **O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao governo Vargas.** Niterói: Nitpress; Editora da UFF, 2012.

CARVALHO, L. M. **Cobras criadas:** David Nasser e O Cruzeiro. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001

DELGADO, M. P. **O “golpismo democrático”:** Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

DULLES, J. W. F. **Carlos Lacerda.** A vida de um lutador. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. v. 1.

DULLES, J. W. F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. v. 2.

FICO, C. **O grande irmão**: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, C. **O golpe de 64**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FRANCO, N. B. **Cálculo numérico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

GAY, P. **O Estilo na História**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 143-179.

GINZBURG, C. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLEICK, J. **Chaos**: making a new science. Nova Iorque: Viking Penguin Inc, 1987.

HIGA, C. C. **“Exilado em seu próprio país”**: a narrativa lacerdiana sobre a política pós-1964. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2014.

JUSTINO, G. C. **O “arquiteto memorialista”**: Carlos Lacerda e suas representações do Estado da Guanabara (1960-1965). São Paulo: Editora Dialética, 2024.

LACERDA, C. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LAURENZA, A. M. A.. **Lacerda x Wainer**: O Corvo e o Bessarabiano. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 1998.

LECAIN, T. J. **The matter of history**: how things create the past. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

LORENZ, E. N. Deterministic nonperiodic flow. **Journal of Atmospheric Sciences**, n. 20, n. 2, p. 130-141, 01 Mar. 1963. Disponível em: [https://doi.org/10.1175/1520-0469\(1963\)020%3C0130:DNF%3E2.0.CO;2](https://doi.org/10.1175/1520-0469(1963)020%3C0130:DNF%3E2.0.CO;2). Acesso em: 22 out. 2024.

MENDONÇA, M. G. **O demolidor de presidentes**. 2. ed. Códex: São Paulo, 2002.

MONTEIRO, K. **Samuel Wainer**: o homem que estava lá. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

- MORAIS, F. **Chatô**: o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NETO, L. **Getúlio**: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- NOVAES E CRUZ, A.; MOREIRA, R. L. (orgs.). **Volta ao poder**: a correspondência entre Getúlio e a filha Alzira, v. 2: 1949 a 1950. Rio de Janeiro: FGV Editora: Ouro sobre Azul. 2018. v. 2.
- PEREIRA, W. S. **As relações das Forças Armadas com o governo de Getúlio Vargas (1951-1954)**: perspectivas dos jornais Tribuna da Imprensa e Última Hora. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- PEREZ, M. D. **Lacerda na Guanabara**: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007.
- PROST, A. **Doze lições sobre a história**. 2. ed. 4. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- RICHERSON, P. J.; BOYD, R. **Not by genes alone**: How culture transformed human evolution. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- RICOEUR, P. **O si mesmo como um outro**. Campinas: Papyrus, 1991.
- ROUSE, J. **Social practices as biological niche construction**. Chicago: The University of Chicago Press, 2023.
- SALMON, L. M. Why is History rewritten? **The North American Review**, v. 195, n. 675, p. 225-237. Fev. 1912. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25119698>. Acesso em: 11 out. 2024.
- SALMON, L. M. **The first yearbook of the National Society for the Scientific Study of Education**. Part I: Some Principles in the Teaching of History. Chicago: University of Chicago Press, 1902.
- SALMON, L. M. **The newspaper and the historian**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1923.
- SAPOLSKY, R. M. **Behave**: the biology of humans at our best and worst. Nova Iorque: Penguin Press, 2017.
- SAPOLSKY, R. M. **Determined**: a science of life without free will. Nova Iorque: Penguin Press, 2023.
- SKYRMS, B. **The stag hunt and the evolution of social structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SHILLER, R. J. **Narrative economics**: how stories go viral & drive major economic events. Nova Jersey: Princeton University Press, 2019.

SOKOL, J. The Hidden Heroines of Chaos. **Quanta Magazine**, 20 mai. 2019. Disponível em: <https://www.quantamagazine.org/the-hidden-heroines-of-chaos-20190520/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SOUZA, R. **Botando os pingos nos is**: as inverdades nas memórias de Samuel Wainer. Rio de Janeiro: Record, 1989.

STROGATZ, S. H. **Nonlinear dynamics and chaos** with applications to physics, biology, chemistry, and engineering. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2024.

TURCHIN, P. Arise “cliodynamics”. **Nature**, v. 454, p. 34-35. 02 Jul. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/454034a>. Acesso em: 18 out. 2024.

WAINER, S. **Minha Razão de Viver**: memórias de um repórter. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WHITE, H. Teoria literária e escrita da história. **Estudos Históricos**. v. 7, n. 13. p. 23-48. 01 jul 1994. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1978>. Acesso em: 28 out. 2024.

WINEBURG, S. S. Historical Problem Solving: A Study of the Cognitive Processes Used in the Evaluation of Documentary and Pictorial Evidence. **Journal of Educational Psychology**, Washington, D.C., v. 83, n. 1, p. 73-87, mar. 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0022-0663.83.1.73>. Acesso em: 20 nov. 2024.

WINEBURG, S. **Why learn history** (when it's already on your phone). Chicago: The University of Chicago Press, 2018.

Recebido em: 03/05/2025.

Aprovado para publicação em: 28/10/2025.